



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 13

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 01 DE SETEMBRO DE 2020.

IMPETRANTE: BIQ BENEFÍCIOS LTDA.
CNPJ/MF Nº 07.878.237/0001-19
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8126/2020
PROTOCOLADO EM 01/09/2020

SUMÁRIO: RECURSO CONTRA MANIFESTAÇÃO PROFERIDA NA SESSÃO DO DIA 27/08/2020 QUANTO A DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE, CONTRA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, BEM COMO MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA RECORRENTE A DESPEITO DA INABILITAÇÃO PRÉVIA MANIFESTADA NA ATA DA SESSÃO DO DIA 31/08/2020.

REFERENTE A PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2020

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO POR MEIO DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP OU TARJA, PARA PAGAMENTO NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DURANTE O PERÍODO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DE CORRENTE DO CORONAVÍRUS DE QUE TRATAM A LEI FEDERAL Nº. 13.979/2020 E O DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.366/2020 POR 120 (CENTO E VINTE) DIAS, QUE TEVE SUA ABERTURA EM 27/08/2020 ÀS 14H00.

RELATÓRIO

O RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO É TEMPESTIVO, CONFORME DETERMINA O ARTIGO 4º, INCISO XVIII DA LEI FEDERAL Nº 10520/2002, COMBINADO COM O ARTIGO 4º-G DA LEI Nº. 13.979/2020, VISTO QUE A LICITAÇÃO TEVE SUA DATA DE ABERTURA EM 27/08/2020, TENDO COMO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ATÉ O DIA 01/09/2020.

“ART. 4º A FASE EXTERNA DO PREGÃO SERÁ INICIADA COM A CONVOCAÇÃO DOS INTERESSADOS E OBSERVARÁ AS SEGUINTE REGRAS:

(...)

XVIII - DECLARADO O VENCEDOR, QUALQUER LICITANTE PODERÁ MANIFESTAR IMEDIATA E MOTIVADAMENTE A INTENÇÃO DE RECORRER, QUANDO LHE SERÁ



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 14

CONCEDIDO O PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS PARA APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO, FICANDO OS DEMAIS LICITANTES DESDE LOGO INTIMADOS PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES EM IGUAL NÚMERO DE DIAS, QUE COMEÇARÃO A CORRER DO TÉRMINO DO PRAZO DO RECORRENTE, SENDO-LHES ASSEGURADA VISTA IMEDIATA DOS AUTOS;”

(GRIFO NOSSO)

“ART. 4º-G. NOS CASOS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, ELETRÔNICO OU PRESENCIAL, CUJO OBJETO SEJA A AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E INSUMOS NECESSÁRIOS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DE QUE TRATA ESTA LEI, OS PRAZOS DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS SERÃO REDUZIDOS PELA METADE.”

(GRIFO NOSSO)

O RECURSO ADMINISTRATIVO FOI PROTOCOLADO ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8126/2020, PELA EMPRESA BIQ BENEFÍCIOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 07.878.237/0001-19, QUE POR SUA VEZ SE IRRESIGNOU EM FACE DE MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA NA SESSÃO OCORRIDA NO DIA 27/08/2020 QUANTO A SOLICITAÇÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE SOB O ARGUMENTO DE QUE ESTA TERIA PENALIDADE EM OUTRO MUNICÍPIO, ASSIM COMO DECISÃO QUE DECLAROU VÁLIDA A PROPOSTA DA EMPRESA LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, BEM COMO, BEM COMO PRÉVIA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE NA SESSÃO DIA 31/08/2020, SOLICITANDO A MANUTENÇÃO DE SUA HABILITAÇÃO.

EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 4º INCISO XVIII DA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, O RECURSO FOI ENCAMINHADO A TODAS AS EMPRESAS



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 15

LICITANTES PARTICIPANTES, CONFORME FLS. 12 DESTE PROCESSO, ONDE NENHUMA EMPRESA APRESENTOU CONTRARRAZÕES ATÉ O MOMENTO.

DA ANÁLISE

NA SESSÃO PÚBLICA OCORRIDA NO DIA 27/08/2020, ÀS 14H00 E 31/08/2020, ÀS 14H00, LAVROU-SE A ATA REFERENTE À LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2020, ONDE, NA FASE DE CREDENCIAMENTO A EMPRESA BIQ BENEFÍCIOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 07.878.237/0001-19 FOI CONSIDERADA CREDENCIADA, ASSIM COMO NA FASE DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇO A SOCIEDADE EMPRESÁRIA LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF Nº 19.207.352/0001-40 TEVE SUA PROPOSTA CONSIDERADA VÁLIDA. DA MESMA FORMA QUE, NA ATA DA SESSÃO REALIZADA NO DIA 31/08/2020 HOUVE INABILITAÇÃO PRÉVIA DA RECORRENTE, CONFORME EXPOSTO ABAIXO:

"PELA EMPRESA TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA FOI DITO QUE AS EMPRESAS LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA E BIQ BENEFÍCIOS LTDA APRESENTAM PENALIDADES PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO/SP E PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ/SP, RESPECTIVAMENTE, E DE ACORDO COM O EDITAL ESTARIAM INAPTAS A PARTICIPAREM DO PRESENTE CERTAME. ASSIM COMO A EMPRESA M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP APRESENTA UMA SUSPENSÃO NA FUNDAÇÃO CRIANÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP.

"COM ISSO, TENDO A EMPRESA LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA APRESENTADO A MELHOR PROPOSTA, NÃO TENDO SIDO OFERTADO LANCE POR NENHUMA DAS EMPRESAS LICITANTES, A



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 16

FIM DE COBRIR A REFERIDA PROPOSTA, DEU-SE INÍCIO A ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA ORA VENCEDORA."

"APÓS ANÁLISE HABILITATÓRIA A EMPRESA BIQ BENEFÍCIOS LTDA FOI CONSIDERADA INABILITADA, POIS NÃO FOI POSSÍVEL CONFIRMAR A VIGÊNCIA DO REGISTRO DO PAT NO SITE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE, CONFORME PREVISTO NO ITEM 6.4.2."

ADUZ A RECORRENTE QUE "A PENALIDADE SOFRIDA PELA BIQ SE RESUME ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AO MUNICÍPIO DE REGENTE FEIJÓ/SP, HAJA VISTA QUE FICOU CLARA QUAL SERIA A SUA INTENÇÃO: 'E QUANTO A EXTENSÃO DO ALCANCE DA PENALIDADE, DEVE ESSA RESTRINGIR-SE AO ÓRGÃO SANCIONADOR, COMO ENSINA JOEL DE MENESES NIEBUHR'" (SIC).

A RECORRENTE, ALEGA QUE A EMPRESA LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA E TODAS AS DEMAIS CONCORRENTES, APRESENTARAM PROPOSTA SEM A COMPROVAÇÃO DE SUA EXEQUIBILIDADE, CONFORME PRECEITUA O ITEM 7.11. E QUE DE ACORDO COM O REFERIDO ITEM "A EXEQUIBILIDADE DEVERIA SER APRESENTADA COM A PROPOSTA COMERCIAL QUANDO DA APRESENTAÇÃO DE VALORES INFERIORES AO ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO." (SIC).

PUGNA AINDA PELA MANUTENÇÃO DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, "HAJA VISTA QUE A EMPRESA DEIXOU DE APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO OBRIGATÓRIA E COMUM A TODAS AS PARTICIPANTES DO CERTAME, QUAL SEJA, A CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO DE SUA SEDE, PREVISTA NO SUBITEM 6.2.4 DO EDITAL".

QUANTO A PRÉVIA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE NA SESSÃO DO DIA



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 17

31/08/2020, SUSTENTA QUE DEVE SER MANTIDA SUA HABILITAÇÃO, POIS
“O CADASTRO DA BIQ JUNTO AO PAT FOI CONSULTADO PELA COMISSÃO,
SENDO CONSTATADA A SUA REGULARIDADE, BEM COMO, A SUA
COMPATIBILIDADE COM O OBJETO DO CERTAME”

POIS VEJAMOS:

QUANTO A ALEGAÇÃO DA RECORRENTE QUANTO A ABRANGÊNCIA
DAS PUNIÇÕES APLICADAS POR DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DIRETA E/OU INDIRETA, CUMPRE OBSERVAR O QUE DISPÕE O
ITEM 2.5 DO EDITAL, CONFORME DEMONSTRADO ABAIXO.

*“2.5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR AS EMPRESAS QUE SE
ENCONTREM SOB FALÊNCIA, CONCORDATA, CONCURSO
DE CREDORES, DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO, QUALQUER
QUE SEJA SUA FORMA DE CONSTITUIÇÃO, EMPRESAS
ESTRANGEIRAS QUE NÃO FUNCIONEM NO PAÍS, NEM
AQUELES QUE TENHAM SIDO DECLARADOS INIDÔNEOS
OU PUNIDOS COM SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR
OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.”*

(GRIFO NOSSO)

AINDA QUANTO AO TEMA, MERECE DESTAQUE O ARTIGO 87, III DA LEI
Nº. 8.666/93 E O ARTIGO 40, III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 02/2010
DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

*“ART. 87. PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO
CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A
PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS
SEGUINTE SANÇÕES:*

(...)



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 18

“III – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;”

“ART. 40. SÃO SANÇÕES PASSÍVEIS DE REGISTRO NO SICAF, ALÉM DE OUTRAS QUE A LEI POSSA PREVER.”

(...)

“III – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA, CONFORME O INCISO III DO ARTIGO 87 DA LEI Nº 8.666, DE 1993;”

RESSALTE-SE QUE O ITEM 2.5 DO EDITAL ESTÁ DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA E ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA DOUTRINA PÁTRIA, QUE DEFENDE QUE A SANÇÃO DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA IMPEDE O SANCIONADO DE LICITAR E CONTRATAR COM TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NÃO APENAS AQUELE ÓRGÃO OU ENTIDADE SANCIONADOR, TENDO EM VISTA QUE A ADMINISTRAÇÃO É UMA, SENDO INCABÍVEL A DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA É DEMONSTRADA NOS JULGADOS ORA TRANSCRITOS:

“EMENTA: ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – LEGALIDADE – LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III. É IRRELEVANTE A DISTINÇÃO ENTRE OS TERMOS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO, POR ISSO



**PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 19

QUE AMBAS AS FIGURAS (SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO (INC. III) E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE (INC. IV) ACARRETAM AO LICITANTE A NÃO-PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES FUTURAS.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É UMA, SENDO DESCENTRALIZADAS AS SUAS FUNÇÕES, PARA MELHOR ATENDER AO BEM COMUM.

A LIMITAÇÃO DOS EFEITOS DA 'SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO' NÃO PODE FICAR RESTRITA A UM ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO, POIS OS EFEITOS DO DESVIO DE CONDUITA QUE INABILITA O SUJEITO PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO SE ESTENDEM A QUALQUER ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. (RESP 151567 / RJ – SEGUNDA TURMA – STJ – RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS. PUBLICAÇÃO: DJ 14/04/2003 P. 208.)”

(GRIFO NOSSO)

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. (...) 2. DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ, A PENALIDADE PREVISTA NO ART. 87, III, DA LEI N. 8.666/1993 NÃO PRODUZ EFEITOS APENAS EM RELAÇÃO AO ENTE FEDERATIVO SANCIONADOR, MAS ALCANÇA TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (...) (AIRES 201301345226, GURGEL DE FARIA, STJ – PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:31/03/2017)”

(GRIFO NOSSO)



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 20

EM SÍNTESE, O STJ, ASSIM COMO BOA PARTE DA DOCTRINA, ENTENDE QUE NÃO É POSSÍVEL SE DISTINGUIR AS DUAS SANÇÕES (SUSPENSÃO/INIDONEIDADE) EM RELAÇÃO AO ALCANCE, HAJA VISTA QUE A APLICAÇÃO DE AMBAS ABRANGE TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ASSISTINDO, PORTANTO, NÃO ASSISTE RAZÃO A RECORRENTE QUANTO A ESSE ASPECTO, SENDO CABÍVEL AO CASO A DESCLASSIFICAÇÃO DA REFERIDA EMPRESA.

NO QUE DIZ RESPEITO A ALEGAÇÃO DE NÃO COMPROVAÇÃO DE EXIQUIBILIDADE DA EMPRESA LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA NO MOMENTO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, ESTA NÃO TRADUZ A REALIDADE DOS FATOS, HAJA VISTA QUE A REDAÇÃO DO ITEM 7.11 DO EDITAL DIZ JUSTAMENTE O OPOSTO DO ALEGADO PELA RECORRENTE.

"7.11. Os LICITANTES QUE APRESENTAREM PROPOSTA DE VALOR SUPERIOR AO ESTIMADO DO ANEXO II DESTE EDITAL, SERÃO CONSIDERADOS DESCLASSIFICADOS. AS PROPOSTAS CUJO PREÇO TOTAL, CALCULADO NA FORMA PREVISTA NO ANEXO II DESTE EDITAL, APRESENTAR VALOR SUPERIOR AO VALOR ORÇAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO, DEVERÃO APRESENTAR, EM ANEXO À SUA PROPOSTA, NO MESMO ENVELOPE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, AS PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE TODOS OS PREÇOS UNITÁRIOS DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO QUE DERAM ORIGEM AO PREÇO PROPOSTO, CONTENDO CADA PLANILHA, AS QUANTIDADES E PREÇOS UNITÁRIOS DOS INSUMOS (MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO-DE-OBRA E DEMAIS INSUMOS) QUE COMPÕEM CADA ITEM DE SERVIÇO, COM A EXPLICITAÇÃO DOS ACRÉSCIMOS RELATIVOS A ENCARGOS, TRIBUTOS, DESPESAS INDIRETAS E LUCROS INCIDENTES SOBRE OS MESMOS, ANEXADAS, AINDA,

J. de S.



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 21

CÓPIA DE PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS E QUAISQUER OUTROS DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS PREÇOS DOS INSUMOS E SALÁRIOS ADOTADOS NA ORÇAMENTAÇÃO, DE MODO A COMPROVAR, COM ABSOLUTA CLAREZA E OBJETIVIDADE, A EXEQÜIBILIDADE DOS PREÇOS PROPOSTOS, ANEXANDO DOCUMENTAÇÃO FISCAL COMPROBATÓRIA EM NOME DA LICITANTE.”

OU SEJA, A COMPROVAÇÃO DE SUA EXEQUIBILIDADE DEVERIA SER APRESENTADA COM A PROPOSTA COMERCIAL QUANDO DA APRESENTAÇÃO DE VALORES SUPERIORES E NÃO INFERIORES AO ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ALEGADO PELA RECORRENTE. CONFORME DEMOSNTRADO ATRAVÉS DA LEITURA DO ITEM ACIMA TRANSCRITO. LOGO NÃO MERECE LOGRAR ÊXCITO SUA PRETENÇÃO RECURSAL NESSE PONTO.

NO QUE TANGE A COMPROVAÇÃO DO REGISTRO DA RECORRENTE JUNTO AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT, RESTA ESTA QUESTÃO SUPERADA, POIS, CONFORME DOCUMENTO JUNTADO AOS AUTOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, NA SESSÃO OCORRIDA EM 31/08/2020, COMO TAMBÉM ORA DEMONSTRADO, VERIFICA-SE QUE A MESMA ESTÁ INSCRITA NO REFERIDO PROGRAMA, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº. 03, DE 1º DE MARÇO DE 2002, EM ESPECIAL O ARTIGO 12, INCISO II, ALÍNEA B), ABAIXO TRANSCRITOS:

“ART. 12. A PESSOA JURÍDICA SERÁ REGISTRADA NO PAT NAS SEGUINTE CATEGORIAS:”

(...)

“II – PRESTADORA DE SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA:”

(...)

J. de S.



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 22

“B) ADMINISTRADORA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (ALIMENTAÇÃO CONVÊNIO)”



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

COMPROVANTE DE REGISTRO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA

Registro no PAT:	080042447
Data do Registro	31/03/2008
CNPJ:	07.878.237/0001-19
Razão Social:	BIQ BENEFICIOS LTDA
Endereço:	RUA VERGUEIRO 3185 CONJUNTO 123
Bairro:	VILA MARIANA
Município/UF:	São Paulo/SP
Cep:	04.101-300
Telefone:	(11)55731879

Identificação do Serviço de Alimentação

Tipo de Serviço:	
	Refeição-Convênio
	Alimentação-Convênio

Jelks



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 23

PORÉM, A DECISÃO DO PREGOEIRO QUANTO A CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA BIQ BENEFÍCIOS LTDA NÃO ESTÁ DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO VIGENTE, POR NÃO ATENDER AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA IGUALDADE, E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

DIANTE DO EXPOSTO, QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS REGRAS ESTIPULADAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO COM RELAÇÃO AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO HOUVE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DE IGUALDADE, POIS, HOUVE SIM DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS DO EDITAL. TODOS OS LICITANTES TIVERAM ACESSO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE NO MOMENTO OPORTUNO NÃO RECEBEU NENHUM QUESTIONAMENTO OU IMPUGNAÇÃO.

LOGO, A DECISÃO DO PREGOEIRO ESTÁ DE EM DESACORDO COM LEGISLAÇÃO VIGENTE AO NÃO ATENDER AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA IGUALDADE E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

NAS REGRAS ESTIPULADAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO COM RELAÇÃO AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO O PRINCÍPIO DE IGUALDADE FOI VIOLADO.

DEVE SER CUMPRIDO O ATO DE VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E REALIZADO JULGAMENTO IMPARCIAL BASEADO NOS PRECEITOS DAS LEIS FEDERAIS 10520/2002 E 8666/93 , EM ESPECIAL SEUS ARTIGOS 9º, 3º E 41, E A VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, CONFORME DEMONSTRADO ABAIXO:

"ART. 9º APLICAM-SE SUBSIDIARIAMENTE, PARA A MODALIDADE DE PREGÃO, AS NORMAS DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993."

"ART. 3º A LICITAÇÃO DESTINA-SE A GARANTIR A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 24

PARA A ADMINISTRAÇÃO E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL E SERÁ PROCESSADA E JULGADA EM ESTRITA CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHES SÃO CORRELATOS.”

“ART. 41. A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA.”

O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO É COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA OBJETIVIDADE DAS DETERMINAÇÕES HABILITATÓRIAS. IMPÕE À ADMINISTRAÇÃO E AO LICITANTE A OBSERVÂNCIA DAS NORMAS ESTABELECIDAS NO EDITAL DE FORMA OBJETIVA, MAS SEMPRE VELANDO PELO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE.

DEVE-SE INTERPRETAR OS PRECEITOS DO ATO CONVOCATÓRIO EM CONFORMIDADE COM AS LEIS E A CONSTITUIÇÃO. AFINAL, É ATO CONCRETIZADOR E DE HIERARQUIA INFERIOR A ESSAS. ANTES DE OBSERVAR O EDITAL E CONDICIONAR-SE A ELE, OS LICITANTES DEVEM VERIFICAR A SUA LEGALIDADE, LEGITIMIDADE E CONSTITUCIONALIDADE. ALOCAMOS O EDITAL COMO DERRADEIRO INSTRUMENTO NORMATIVO DA LICITAÇÃO, POIS REGRAMENTA AS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE UM DADO CERTAME, AFUNILANDO A CONSTITUIÇÃO, AS LEIS, E ATOS NORMATIVOS OUTROS INFRALEGAIS. PORÉM, NÃO PODERÁ CONTRADITÁ-LOS. AFINAL, O EDITAL, DIRÍAMOS, ANTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, SERIA O DERRADEIRO ATO DE SUBSTANCIALIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E DAS LEIS.

REFERIDO PRINCÍPIO IMPÕE À ADMINISTRAÇÃO NÃO ACEITAR QUALQUER PROPOSTA QUE NÃO SE ENQUADRE NAS EXIGÊNCIAS DO ATO



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 25

CONVOCATÓRIO, DESDE QUE TAIS EXIGÊNCIAS TENHAM TOTAL RELAÇÃO OU NEXO COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, BEM COMO COM A LEI E A CONSTITUIÇÃO. VEJAMOS QUE ESTA É ESSÊNCIA DO PRINCÍPIO.

DESSA MANEIRA É PRINCÍPIO QUE VINCULA TANTO A ADMINISTRAÇÃO QUANTO OS INTERESSADOS. CONFORME O ART. 3º DA LEI Nº 8.666/93, A LICITAÇÃO DESTINA-SE A GARANTIR A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL E SERÁ PROCESSADA E JULGADA EM ESTRITA CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHE SÃO CORRELATOS.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DETERMINA QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OBEDEÇA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA (ART. 37, CAPUT). EXPLICITA AINDA A CONSTITUIÇÃO A NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DESSES PRINCÍPIOS AO EXIGIR QUE AS OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES SEJAM CONTRATADAS MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA QUE ASSEGURE IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES (ART. 37, INCISO XXI).

PARA REGULAMENTAR O PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO EXIGIDO CONSTITUCIONALMENTE, FOI INICIALMENTE EDITADA A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993. COM A LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, MAIS UMA MODALIDADE LICITATÓRIA (PREGÃO) FOI INTRODUZIDA, AO QUAL SE APLICAM SUBSIDIARIAMENTE AS REGRAS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993. SEJA QUAL FOR A MODALIDADE ADOTADA, DEVE-SE GARANTIR A OBSERVÂNCIA DA ISONOMIA, LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, IGUALDADE, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E JULGAMENTO OBJETIVO, PREVISTOS EXPRESSAMENTE NA LEI.

J. de S.



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 26

DENTRE AS PRINCIPAIS GARANTIAS, PODE-SE DESTACAR A VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO AO EDITAL QUE REGULAMENTA O CERTAME LICITATÓRIO. TRATA-SE DE UMA SEGURANÇA PARA O LICITANTE E PARA O INTERESSE PÚBLICO, EXTRAÍDA DO PRINCÍPIO DO PROCEDIMENTO FORMAL, QUE DETERMINA À ADMINISTRAÇÃO QUE OBSERVE AS REGRAS POR ELA PRÓPRIA LANÇADAS NO INSTRUMENTO QUE CONVOCA E REGE A LICITAÇÃO.

SEGUNDO LUCAS ROCHA FURTADO, PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

“É A LEI DO CASO, AQUELA QUE IRÁ REGULAR A ATUAÇÃO TANTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUANTO DOS LICITANTES. ESSE PRINCÍPIO É MENCIONADO NO ART. 3º DA LEI DE LICITAÇÕES, E ENFATIZADO PELO ART. 41 DA MESMA LEI QUE DISPÕE QUE “A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA”. (CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 2007, P.416)”

O MESMO AUTOR PROSEGUE NO EXAME DA QUESTÃO, E REFORÇA SUA ARGUMENTAÇÃO A RESPEITO DA VINCULAÇÃO DO EDITAL COM O ART. 41, §2º, DA LEI 8.666: “ALI, FIXA-SE PRAZO PARA QUE O LICITANTE POSSA IMPUGNAR OS TERMOS DO EDITAL. EXPIRADO ESSE PRAZO, DECAIRÁ O PARTICIPANTE DA LICITAÇÃO DO DIREITO DE IMPUGNÁ-LO. ISTO SIGNIFICA DIZER QUE QUEM PARTICIPA DA LICITAÇÃO NÃO PODE ESPERAR PELA SUA INABILITAÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA, SOMENTE ENTÃO, IMPUGNAR A REGRA CONTIDA NO EDITAL QUE LEVARIA À SUA EXCLUSÃO DO PROCESSO” (CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 2007, P.417).

AINDA SOBRE A VINCULAÇÃO AO EDITAL, MARÇAL JUSTEN FILHO AFIRMA QUE “QUANDO O EDITAL IMPUSER COMPROVAÇÃO DE CERTO



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 27

REQUISITO NÃO COGITADO POR OCASIÃO DO CADASTRAMENTO, SERÁ INDISPENSÁVEL À APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS CORRESPONDENTES POR OCASIÃO DA FASE DE HABILITAÇÃO” (PREGÃO. COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO DO PREGÃO COMUM E DO ELETRÔNICO, 4ª ED., P. 305). COMO EXEMPLO DE VIOLAÇÃO AO REFERIDO PRINCÍPIO, O REFERIDO AUTOR CITA A NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO EXIGIDO EM EDITAL E/OU A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO EM DESCONFORMIDADE COM O EDITAL (COMO DOCUMENTO ENVIADO POR FAC-SÍMILE SEM APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS POSTERIORMENTE).

SOBRE O TEMA, IGUAL ORIENTAÇÃO PODE SER ENCONTRADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ), NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (TRF1) E NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, COMO SERÁ A SEGUIR DEMONSTRADO.

O STF (RMS 23640/DF) TRATOU DA QUESTÃO EM DECISÃO ASSIM EMENTADA:

“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. SE O LICITANTE APRESENTA SUA PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA OU RUBRICA, RESTA CARACTERIZADA, PELA APOCRIFIA, A INEXISTÊNCIA DO DOCUMENTO. 2. IMPÕE-SE, PELOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO, A DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE QUE NÃO OBSERVOU EXIGÊNCIA PRESCRITA NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA. 3. A OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PREPONDERÂNCIA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA O PODER PÚBLICO SE DÁ MEDIANTE O COTEJO DAS PROPOSTAS VÁLIDAS

J. de S.



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 28

APRESENTADAS PELOS CONCORRENTES, NÃO HAVENDO COMO INCLUIR NA AVALIAÇÃO A OFERTA EIVADA DE NULIDADE. 4. É IMPRESCINDÍVEL A ASSINATURA OU RUBRICA DO LICITANTE NA SUA PROPOSTA FINANCEIRA, SOB PENA DE A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODER EXIGIR-LHE O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO A QUE SE SUJEITOU. 5. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO."

O STJ JÁ SE MANIFESTOU DIVERSAS VEZES A RESPEITO DO TEMA (POR EXEMPLO: RESP 595079, ROMS 17658). NO RESP 1178657, O TRIBUNAL DECIDIU:

"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O TRIBUNAL DE ORIGEM ENTENDEU DE FORMA ESCORREITA PELA AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DO REQUISITO EDITALÍCIO. SABE-SE QUE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO É RESGUARDADO PELO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL; ESTA EXIGÊNCIA É EXPRESSA NO ART. 41 DA LEI N. 8.666/93. TAL ARTIGO VEDA À ADMINISTRAÇÃO O DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS CONTIDAS NO EDITAL. SENDO ASSIM, SE O EDITAL PREVÊ, CONFORME EXPLICITADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO (FL. 264), "A CÓPIA AUTENTICADA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO REGISTRO DO ALIMENTO EMITIDO PELA ANVISA", ESTE DEVE SER O DOCUMENTO APRESENTADO PARA QUE O CONCORRENTE SUPRA O REQUISITO RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. SEGUINDO TAL RACIOCÍNIO, SE A EMPRESA APRESENTA OUTRA DOCUMENTAÇÃO - PROTOCOLO DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE REGISTRO -



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 29

QUE NÃO A REQUERIDA, NÃO SUPRE A EXIGÊNCIA DO EDITAL. ACEITAR DOCUMENTAÇÃO PARA SUPRIR DETERMINADO REQUISITO, QUE NÃO FOI A SOLICITADA, É PRIVILEGIAR UM CONCORRENTE EM DETRIMENTO DE OUTROS, O QUE FERIRIA O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES."

O TRF 1 TAMBÉM JÁ DECIDIU QUE A ADMINISTRAÇÃO DEVE SER FIEL AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO (AC 199934000002288): "PELO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA (LEI Nº 8.666/93, ART. 3º, 41 E 43, I). O EDITAL É A LEI DA LICITAÇÃO. A DESPEITO DO PROCEDIMENTO TER SUAS REGRAS TRAÇADAS PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO, NÃO PODE ESTA SE FURTAR AO SEU CUMPRIMENTO, ESTANDO LEGALMENTE VINCULADA À PLENA OBSERVÂNCIA DO REGRAMENTO".

O MESMO TRF1, NOUTRA DECISÃO (AC 200232000009391), REGISTROU:

"CONJUGANDO A REGRA DO ART. 41 COM AQUELA DO ART. 4º [LEI Nº 8.666/93], PODE-SE AFIRMAR A ESTRITA VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO AO EDITAL, SEJA QUANTO A REGRAS DE FUNDO QUANTO ÀQUELAS DE PROCEDIMENTO. (...) O DESCUMPRIMENTO A QUALQUER REGRA DO EDITAL DEVERÁ SER REPRIMIDO, INCLUSIVE ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NEM MESMO O VÍCIO DO EDITAL JUSTIFICA A PRETENSÃO DE IGNORAR A DISCIPLINA POR ELE VEICULADA. SE A ADMINISTRAÇÃO REPUTAR VICIADAS OU INADEQUADAS AS REGRAS CONTIDAS NO EDITAL, NÃO LHE É FACULTADO PURA E SIMPLEMENTE IGNORÁ-LAS OU ALTERÁ-LAS (...)"(JUSTEN FILHO, MARÇAL; COMENTÁRIOS À LEI DE



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 30

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; 8ª ED., SÃO PAULO, DIALÉTICA, COMENTÁRIOS AO ART. 41, PÁGS. 417/420). A CONDUTA DA ADMINISTRAÇÃO NA CONDUÇÃO DO PLEITO FOI DE ESTRITA OBSERVÂNCIA E VINCULAÇÃO AO EDITAL, SENDO O DIREITO PREJUDICADO PERTENCENTE A TERCEIRO QUE NÃO OBSERVOU AS PRESCRIÇÕES EDITALÍCIAS, SENDO DESCABIDA A PRETENSÃO DE BENEFICIAR-SE DE SUA DESÍDIA.”

POR FIM, PARA ALÉM DOS TRIBUNAIS JUDICIÁRIOS, MISTER TRAZER À BAILA A POSIÇÃO DO TCU SOBRE A MATÉRIA AQUI DISCUTIDA. HÁ CENTENAS DE ACÓRDÃOS DO TCU QUE TRATAM DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, COM ORIENTAÇÃO ALINHADA ÀQUELA APRESENTADA NESTE PARECER E QUE PODEM SER SINTETIZADAS NA RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO TRIBUNAL NO ACÓRDÃO 483/2005: “OBSERVE COM RIGOR OS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE NORTEIAM A REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, ESPECIALMENTE O DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E O DO JULGAMENTO OBJETIVO, PREVISTOS NOS ARTIGOS 3º, 41, 44 E 45 DA LEI Nº 8.666/1993”.

DECISÕES RECENTES REFORÇAM ESSA POSIÇÃO DO TCU, COMO SE CONSTATA NO SUMÁRIO DOS ACÓRDÃOS A SEGUIR TRANSCRITOS:

“ACÓRDÃO 4091/2012 - SEGUNDA CÂMARA REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO

J. de S.



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 31

CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

ACÓRDÃO 966/2011 - PRIMEIRA CÂMARA REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO."

O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO OBRIGA A ADMINISTRAÇÃO E AOS LICITANTES A OBSERVAREM AS REGRAS E CONDIÇÕES PREVIAMENTE ESTABELECIDAS NO EDITAL.

POR TODO O EXPOSTO, CONCLUI-SE QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO CURSO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, NÃO PODE SE AFASTAR DAS REGRAS POR ELA MESMA ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, POIS, PARA GARANTIR SEGURANÇA E ESTABILIDADE ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS DECORRENTES DO CERTAME LICITATÓRIO, BEM COMO PARA SE ASSEGURAR O TRATAMENTO ISONÔMICO ENTRE OS LICITANTES, É NECESSÁRIO OBSERVAR ESTRITAMENTE AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL OU INSTRUMENTO CONGÊNERE.

DO MÉRITO

NO MÉRITO, FOI ACEITA A INTENÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO, TENDO EM VISTA QUE O MESMO FOI TEMPESTIVO, BEM COMO, DESTA INTENÇÃO PROCEDEU-SE A ANÁLISE E JULGAMENTO.



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E FAZENDA
UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8126/2020
FLS.: 32

FACE AO EXPOSTO, APÓS ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO, É A DECISÃO DO PREGOEIRO DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORA APRESENTADO, A FIM DE DESCLASSIFICAR A EMPRESA BIQ BENEFÍCIOS LTDA POR DESCUMPRIR O ITEM 2.5 DO EDITAL, MANTER A INABILITAÇÃO DA EMPRESA LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA POR NÃO APRESENTAR A CND DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL E INDEFERIR O PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, POR NÃO SE ENQUADRAR NA HIPÓTESE PREVISTA NO ITEM 7.11 DO EDITAL, MANTENDO-SE OS ATOS PRATICADOS ATÉ O MOMENTO E SUBMETENDO O PRESENTE PARA DECISÃO À AUTORIDADE SUPERIOR.

SEM MAIS,

MARCELO CHEBOR DA COSTA
PREGOEIRO

À
Unidade de Licitações

Ciente e de acordo.

Em 01/09/2020,


KLEBER FERREIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de Governo e Fazenda